



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SOORETAMA**  
**CONTROLADORIA GERAL**

**RELATÓRIO E PARECER CONCLUSIVO DO**  
**ÓRGÃO CENTRAL DO SISTEMA DE**  
**CONTROLE INTERNO**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ANEXO I-B / ITEM 03 / RELUCI

EXERCÍCIO DE 2016



## CONTROLADORIA GERAL DE SOORETAMA

Relatório/Parecer da UCCI sobre a PCA

### **Prefeito Municipal**

Alessandro Broedel Torezani

### **Secretária Municipal de Saúde**

Mara Broedel Paquele

### **Controladora Geral**

Jordana Rodrigues Ferraz



## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO .....</b>	<b>4</b>
<b>1. ATRIBUIÇÕES DA CONTROLADORIA GERAL .....</b>	<b>5</b>
<b>2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA CONTROLADORIA GERAL .....</b>	<b>6</b>
<b>3. DA ANÁLISE DAS CONTAS .....</b>	<b>7</b>
3.1 Gestão fiscal, financeira e orçamentária. ....	7
3.2 Gestão patrimonial.....	13
3.3 Demais atos de gestão .....	18
<b>4. PERCENTUAL LEGAL APLICADO NA SAÚDE.....</b>	<b>20</b>
<b>5. AUDITORIA .....</b>	<b>21</b>
<b>6. PARECER CONCLUSIVO .....</b>	<b>22</b>
6.1 Ressalvas. ....	22



## **APRESENTAÇÃO**

Considerando que o art. 3º, I da IN TCE-ES 34/15, define Prestação de Contas Anual (PCA) como sendo o “envio/remessa dos demonstrativos contábeis, dos relatórios de gestão e das demais peças e documentos necessários à constituição da prestação de contas dos Prefeitos Municipais, dos administradores e demais responsáveis, constituindo-se em um processo de contas ordinárias referente a exercício financeiro determinado” e;

Considerando também o disposto no art.3º, VI da mesma IN, que delimita Unidade Gestora (UG) como sendo “Unidade que realiza atos de gestão, orçamentária, financeira, patrimonial e de controle, cujo titular está sujeito à prestação de contas”.

Considerando ainda as determinações contidas na IN acima referenciada respeitando as alterações previstas na Instrução Normativa TC nº 40/2016, bem como o disposto nos artigos 70 e 74, da Constituição Federal, art. 59 da Lei Complementar nº 101/2000 – LRF, Lei Complementar nº 621/2012, Resolução TCE-ES nº 227/2011, alterada pela Resolução 257/13, Resolução TCE-ES nº 261/2013, Lei Municipal nº 23 de 16/08/13 e Instrução Normativa SCI nº 004/2013.

A Controladoria Geral do Município de Sooretama, Órgão Central do Controle Interno, no exercício de sua missão institucional e, em cumprimento as suas obrigações legais, apresenta o corrente relatório e parecer conclusivo.

O documento em comento comporá a Prestação de Contas relativa ao exercício financeiro de 2016 do Fundo Municipal de Saúde da Prefeitura de Sooretama, que tem como responsáveis o Sr. Alexandre Marin Vieira e a Sra. Marinalva Broedel Machado de Almeida.



## **1. ATRIBUIÇÕES DA CONTROLADORIA GERAL**

Determina a Constituição Federal, em seu artigo 31, que a fiscalização do município seja exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo e, pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da Lei.

O parágrafo único do artigo 2º da Resolução 227 do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, de 25 de agosto de 2011, dispõe sobre a obrigatoriedade de instituir e manter sistema de controle interno, bem como as penalidades para os jurisdicionados que se omitirem.

Para assegurar o cumprimento do ordenamento legal, foi criado o Sistema de Controle Interno do Município de Sooretama, por meio da Lei Complementar nº 03, de 03 de março de 2011, atualizada pela Lei nº 718, de 29 de agosto de 2013 e regulamentada pelo Decreto nº 45/2013.

A Controladoria Geral, como órgão central, tem a função de coordenar as atividades de controle interno, sendo esse considerado um processo integrado de métodos, procedimentos e rotinas adotados com a finalidade de fornecer razoável segurança para que os objetivos dos órgãos e entidades da administração pública sejam alcançados, de forma confiável e concreta.

Os trabalhos da Controladoria Geral do Município - CGM são direcionados à proteção do patrimônio público. A sua execução pode acontecer por meio de orientações aos gestores, acompanhamento e monitoramentos de ações, realização de auditorias internas, exames e avaliação dos registros e aplicação dos recursos públicos e das demonstrações contábeis, do cumprimento das disposições legais e regulamentares, bem como apoios aos sistemas de controle interno.

Além disso, à Controladoria Geral do Município compete: prestar assessoramento às Secretarias e Prefeito Municipal, visando contribuir para a maximização dos resultados na gestão.



## **2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA CONTROLADORIA GERAL**

Atualmente a Controladoria Geral, encontra-se situada no térreo do Prédio da Prefeitura, ocupando uma sala. Quanto aos recursos tecnológicos, dispõe de 01 (um) computador e uma impressora.

A Controladoria Geral, desde a sua implantação, conta apenas com o Controlador Geral, conforme descrito abaixo:

<b>Quantidade</b>	<b>Cargo</b>	<b>Formação</b>
01	Controlador Geral	Ciências Contábeis

A Lei Municipal nº 718/2013, que instituiu o Controle Interno, previu no artigo 16 um prazo de 03 (três) anos, a contar de sua publicação, como período de transição para realização de concurso público objetivando o provimento do quadro de pessoal da Unidade Central de Controle Interno.

Importa ressaltar que o Município promoveu um concurso público em Janeiro de 2014 (tendo sido homologado em 29/04/2014), cujo Edital nº 001/2014 pode ser encontrado no [sítio eletrônico do mesmo neste endereço: http://www.sooretama.es.gov.br/Arquivo/Documents/Edital\\_001\\_2014.pdf](http://www.sooretama.es.gov.br/Arquivo/Documents/Edital_001_2014.pdf). Contudo, não houve previsão de vagas para o cargo de Analista de Controle Interno.

De outra feita, válido lembrar que vencido o prazo estabelecido para a realização do concurso público em Agosto de 2016, foi encaminhado ao Legislativo o Projeto de Lei nº 22 no dia 09 daquele ano solicitando a prorrogação do prazo, alegando *"não haver tempo hábil para a preparação de todos os procedimentos necessários à realização do concurso"*. Desta forma, tendo sido aprovado, ficou prorrogado para 29 de agosto de 2017, através da Lei nº 817 de 16 de setembro de 2016, o prazo para realização do concurso público para provimento dos cargos criados pela Lei nº 718/2013.



### 3. DA ANÁLISE DAS CONTAS

Segue abaixo a análise realizada nos Pontos de Controle elencados na Tabela 7 do ANEXO II da Instrução Normativa TC nº 40/2016.

#### 3.1 Gestão fiscal, financeira e orçamentária.

Item	Ponto de controle	Base legal	Procedimento	Visto	Justificativas
3.1.1	Renúncia de receitas – avaliação dos projetos	LC 101/2000, art. 1º, § 1º. Legislação específica.	Avaliar se os projetos ou atividades beneficiadas com incentivos fiscais estão sendo objeto de acompanhamento, avaliação de resultados e benefícios esperados em face das justificativas apresentadas para sua concessão.	NÃO	Não se aplica.
3.1.2	Avaliação atuarial	Lei 9.717/1998, art. 1º, inciso I.	Avaliar se o Regime Próprio de Previdência Social realizou avaliação atuarial inicial e têm realizado reavaliações atuariais em cada balanço.	NÃO	O Município não possui regime próprio de previdência.
3.1.3	Contribuições previdenciárias – recolhimento	Lei 9.717/1998, art. 1º, inciso II.	Verificar se as contribuições previdenciárias (patronal e retida dos servidores) e se os parcelamentos de débitos previdenciários estão sendo recolhidas regularmente e se o registro contábil das contribuições dos servidores e do ente estatal está sendo realizado de forma individualizada.	SIM	As contribuições previdenciárias e os parcelamentos não foram recolhidos regularmente. (Análise pormenorizada no RELUCI da Unidade Gestora Prefeitura)
3.1.4	Pagamento de passivos – ordem cronológica das exigibilidades	Lei 8.666/1993, arts. 5º e 92, c/c CRFB/88, art. 37.	Avaliar se os passivos estão sendo pagos em ordem cronológica de suas exigibilidades.	SIM	Constatamos através de Auditoria realizada no Sistema Financeiro, bem como por relatório de liquidação de despesas, impresso em 15/03/2017, que os passivos não foram pagos em ordem cronológica.
3.1.5	Déficit orçamentário – medidas de contenção	LC 101/2000, art. 9º.	Avaliar se foram expedidos atos de limitação de empenho e movimentação financeira, nos casos e condições estabelecidas em lei, com vistas à contenção de déficit orçamentário e financeiro.	SIM	Foi expedido o Decreto nº 44 de 14 de outubro de 2016, para contenção de despesas e limitação de empenho.



## CONTROLADORIA GERAL DE SOORETAMA

### Relatório/Parecer da UCCI sobre a PCA

3.1.6	Disponibilidades financeiras – depósito e aplicação	LC 101/2000, art. 43 c/c § 3º, do artigo 164 da CRFB/88.	Avaliar se as disponibilidades financeiras foram depositadas em instituições financeiras oficiais.	SIM	As disponibilidades financeiras foram depositadas no Banco do Brasil S/A e no Banestes S/A.
3.1.7	Retenção de impostos, contribuições sociais e previdenciárias	LC 116/2003, art. 6º. Decreto Federal nº 3.000/1999. Lei 8.212/1991.	Avaliar se foram realizadas as retenções na fonte e o devido recolhimento, de impostos, contribuições sociais e contribuições previdenciárias, devidas pelas pessoas jurídicas contratadas pela administração pública.	NÃO	Não avaliado.
3.1.8	Registros contábeis – normas brasileiras de contabilidade	Resolução CFC nº 750/1993 c/c NBC-T 16	Avaliar se os registros e as demonstrações contábeis foram realizados de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com as normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público.	NÃO	Não avaliado.
3.1.9	Despesa – realização de despesas – irregularidades	LC 101/2000, art. 15 c/c Lei 4.320/1964, art. 4º.	Avaliar se foram realizadas despesas consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público, ilegais e/ou ilegítimas.	NÃO	Não avaliado.
3.1.10	Despesa – realização sem prévio empenho	Lei 4.320/1964, art. 60.	Avaliar se foram realizadas despesas sem emissão de prévio empenho.	SIM	Através de Auditoria realizada no Sistema de Contabilidade, ficou constatada a realização de despesas sem prévio empenho.
3.1.11	Despesa – liquidação	Lei 4.320/1964, art. 63.	Avaliar se foram observados os pré-requisitos estabelecidos no artigo 63 da Lei Federal nº 4.320/64 para a liquidação das despesas.	NÃO	Não avaliado.
3.1.12	Pagamento de despesas sem regular liquidação	Lei 4.320/1964, art. 62.	Avaliar se houve pagamento de despesa sem sua regular liquidação.	SIM	Não houve. E caso tivesse acontecido seria detectado no momento da conciliação bancária, o que não ocorreu.
3.1.13	Despesa – desvio de finalidade	LC 101/2000, art. 8º, parágrafo único.	Avaliar se houve desvio de finalidade na execução das despesas decorrentes de recursos vinculados.	NÃO	Não avaliado.
3.1.14	Despesa – auxílios, contribuições e subvenções.	Legislação específica.	Avaliar se houve concessão de auxílios, contribuições ou subvenções a entidades privadas sem previsão na LDO, na LOA e em lei específica.	NÃO	Não se aplica.
3.1.15	Despesa – subvenção social.	Lei 4.320/1964, art. 16.	Avaliar se a concessão de subvenção social obedeceu o disposto no art. 16, da Lei Federal nº 4.320/1964, especialmente no que se refere o seu parágrafo único.	NÃO	Não se aplica.





Dos pontos de controle acima relacionados destacamos:

3.1.3 – Contribuições previdenciárias – recolhimento.

Verificamos que em 26/12/2016 foi realizado um Parcelamento Simplificado de Contribuições Previdenciárias (nº 618952802 e nº 618931775) referente às competências de Agosto à Novembro daquele ano. Para tanto foram anuladas as liquidações correspondentes aos meses supracitados no valor de **R\$ 1.435.743,26** (Um milhão quatrocentos e trinta e cinco mil setecentos e quarenta e três reais e vinte e seis centavos), conforme processo administrativo nº239/2016.

Vale ressaltar que os parcelamentos acima mencionados somam um total de **R\$ 2.175.095,17** (Dois milhões cento e setenta e cinco mil noventa e cinco reais e dezessete centavos) e foram divididos em 60 parcelas. Entretanto, notamos uma divergência no valor que fora registrado na Dívida Fundada, perfazendo o montante de **R\$ 1.897.850,26** (Um milhão oitocentos e noventa e sete mil oitocentos e cinquenta reais e vinte e seis centavos).

Constatamos ainda outra dívida previdenciária referente os meses 11, 12 e 13º/2016, num total de **R\$ 485.305,35** (Quatrocentos e oitenta e cinco mil trezentos e cinco reais e trinta e cinco centavos) **sem estar devidamente empenhada**.

Vale destacar que outros parcelamentos com prestações vencidas desde julho/2016, tiveram seus respectivos **empenhos e liquidações anulados no final do exercício**, conforme relatório do sistema contábil do Município, abaixo:



## CONTROLADORIA GERAL DE SOORETAMA

Relatório/Parecer da UCCI sobre a PCA

**MUNICIPIO DE SOORETAMA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SOORETAMA**  
**Listagem de Anulações de Liquidações**  
**Período De 01/12/2016 Até 31/12/2016**

**Data de Emissão: 18/03/2017 13:54**  
**Máquina: PMS-CONTROL-01**

Nº Anulação	Data	Nº Liquidação	Data Liquidação	Nº Empenho	Credor	Nº Processo	Valor Anulado
0000129	26/12/2016	0002773/2016	20/07/2016	0000131/2016	INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL	0000237/2016	26.016,86
0000130	26/12/2016	0003168/2016	22/08/2016	0000131/2016	INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL	0000237/2016	26.277,03
0000131	26/12/2016	0003626/2016	21/09/2016	0000131/2016	INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL	0000237/2016	26.539,80
0000132	26/12/2016	0004093/2016	24/10/2016	0000131/2016	INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL	0000237/2016	26.805,20
0000133	26/12/2016	0003172/2016	22/08/2016	0000011/2016	SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL	0000006/2016	1.269,90
0000134	26/12/2016	0003173/2016	22/08/2016	0000012/2016	SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL	0000006/2016	1.676,64
0000135	26/12/2016	0003637/2016	21/09/2016	0000011/2016	SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL	0000006/2016	1.284,30
0000136	26/12/2016	0003638/2016	21/09/2016	0000012/2016	SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL	0000006/2016	1.659,59
0000137	26/12/2016	0004091/2016	24/10/2016	0000011/2016	SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL	0000006/2016	1.297,40
0000138	26/12/2016	0004092/2016	24/10/2016	0000012/2016	SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL	0000006/2016	1.712,88
0000139	26/12/2016	0003184/2016	22/08/2016	0001612/2016	SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL	0003563/2016	4.582,26
0000140	26/12/2016	0003186/2016	22/08/2016	0001613/2016	SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL	0003563/2016	5.209,27
0000141	26/12/2016	0003634/2016	21/09/2016	0001793/2016	SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL	0003563/2016	4.637,59
0000142	26/12/2016	0003636/2016	21/09/2016	0001794/2016	SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL	0003563/2016	5.272,02
0000143	26/12/2016	0004095/2016	24/10/2016	0001946/2016	SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL	0003563/2016	4.687,95
0000144	26/12/2016	0004097/2016	24/10/2016	0001947/2016	SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL	0003563/2016	5.329,26
0000150	26/12/2016	0003638/2016	21/09/2016	0000012/2016	SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL	0000006/2016	36,00
0000151	26/12/2016	0004381/2016	16/11/2016	0002091/2016	MINISTERIO DA FAZENDA	0004717/2016	1.809,79
0000152	26/12/2016	0004655/2016	07/12/2016	0002196/2016	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	0000241/2016	41,70
Nº Reg: 00019							146.145,44

Para maior esclarecimento dos fatos relacionamos abaixo os parcelamentos acima mencionados com seus respectivos valores:

Processo	Descrição	Parcelas Vencidas jun-dez/2016	Demais parcelas	Total
Nº 6/2016	PASEP referente ano 2011	R\$ 16.430,52	R\$ 125.967,32	R\$ 142.397,84
Nº 3563/2016	Dívidas diversas com a PGFN	R\$ 48.472,95	R\$ 523.507,86	R\$ 571.980,81
Nº 237/2016	PASEP	R\$ 159.249,29	R\$ 0,00	R\$ 159.249,29
TOTAL DOS PARCELAMENTOS SEM EMPENHO				<b>R\$ 873.627,94</b>

Diante do exposto registramos que **R\$ 1.358.933,29** (Um milhão trezentos e cinquenta e oito mil novecentos e trinta e três reais e vinte e nove centavos), correspondente a soma dos parcelamentos e da dívida previdenciária, ambos sem empenho, não ficaram registrados contabilmente, o que macula o resultado apresentado nas demonstrações contábeis do exercício de 2016.



3.1.4 – Pagamento de passivos – ordem cronológica das exigibilidades.

A Lei Federal 8666/93 em seu art. 5º determina a observância da cronologia como um critério definidor da ordem de pagamentos pendentes. Ou seja, a Administração, no pagamento das obrigações relativas ao fornecimento de bens, locações, realização de obras e prestação de serviços, deve obedecer, para cada fonte diferenciada de recursos, a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades, salvo quando presentes relevantes razões de interesse público e mediante prévia justificativa da autoridade competente, devidamente publicada.

Esse critério da ordem cronológica privilegia não somente a organização interna como atende os Princípios da Moralidade e da Boa-fé, além do próprio sentido de respeito e lisura nas relações públicas, podendo ser visto como um direito subjetivo do contratado.

Quando tal disposição legal não é observado e nem justificado, nos moldes da parte final do caput do art. 5º, o ordenador de despesas poderá ser penalizado à medida que seja identificado o benefício de uns sobre outros credores.

Verificamos através do Relatório de Auditoria no Sistema Financeiro, datado de 28/11/2016 que havia pagamentos pendentes referentes aos anos de 2013, 2014, 2015, e de todos os meses de 2016, o que descaracteriza, desde logo, a possível ordenação cronológica de pagamentos.

3.1.10 - Despesa – realização sem prévio empenho

De acordo com o art. 60, da Lei 4.320/64, não pode haver realização de despesa sem prévio empenho. Assim, toda vez que o empenho for simultâneo à comprovação de execução contratual ou posterior, há uma conduta irregular do Poder Público, mesmo quando se tratar de serviços de natureza continuada. Conforme entendimento explanado pelo Tribunal de Contas do Estado acerca da interpretação da Lei 4.320/64:

O conceito de empenho é definido pelo art. 58, da Lei n. 4.320/64, segundo o qual trata-se de "ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de



condição". O art. 61, por sua vez, complementa a informação, destacando que "é vedada a realização de despesa sem prévio empenho".

Conforme se depreende da análise dos referidos dispositivos, o empenho deve ser realizado previamente à realização da despesa, uma vez que constitui uma vinculação de recursos orçamentários para o posterior pagamento. Nesse sentido, trata-se de uma garantia dada aos fornecedores e prestadores de serviço de que a Administração terá recursos suficientes para adimplir a obrigação contraída. [...]

Nesses termos, conclui-se que o empenho pode ser realizado, no caso de procedimento licitatório prévio, após a homologação do certame, concomitantemente ou posteriormente à celebração do contrato, mas antes da concretização da despesa, conforme art. 61, da Lei n. 4.320/64.

Na hipótese de não haver licitação anterior, o empenho só poderá ser realizado concomitantemente ou posteriormente à celebração do contrato. [...]

Em auditoria realizada no Sistema de Contabilidade foi constatada a realização de despesa sem prévio empenho. Na amostragem de processos analisados, havia despesas de valor determinado, sujeitas a parcelamento durante o exercício, e que deveriam ser processadas através de empenho global (valor total contratado) ou, ao menos, com a perspectiva da utilização durante o exercício (previsão anual), caso seja uma despesa que se prolongue por mais de um exercício.

No entanto, tais despesas foram empenhadas mês a mês, assim que recebida a medição, ou relatório e a nota fiscal do contratado solicitando pagamento. Por isso, alguns empenhos estão com data posterior aos relatórios e até mesmo a nota fiscal, contrariando as disposições legais.



### 3.2 Gestão patrimonial.

Item	Ponto de controle	Base legal	Procedimento	Visto	Justificativas
3.2.1	Disponibilidades financeiras – RPPS – contas específicas	LC 101/2000, art. 43, § 1º.	Avaliar se as disponibilidades financeiras do regime próprio de previdência social foram depositadas em contas específicas do Instituto de Previdência. Havendo criação de fundos específicos, avaliar se os recursos estão sendo mantidos e aplicados em seus respectivos fundos.	NÃO	O Município não possui regime próprio de previdência.
3.2.2	Disponibilidades financeiras – RPPS – limites e condições de proteção e prudência nas aplicações	LC 101/2000, art. 43, § 1º. Lei nº 9.717/1998, art. 6, inciso IV. Resolução CMN nº 3.922/2010.	Avaliar se as aplicações financeiras dos recursos depositados nas contas específicas dos fundos de previdência observaram os limites e condições de proteção e prudência financeira de mercado e, em especial, seguindo as determinações do Conselho Monetário Nacional.	NÃO	O Município não possui regime próprio de previdência.
3.2.3	Disponibilidades financeiras – RPPS – vedações	LC 101/2000, art. 43, § 2º.	Avaliar se as vedações especificadas no § 2º, do artigo 43, da LRF, foram observadas, quando da aplicação das disponibilidades financeiras do regime próprio de previdência.	NÃO	O Município não possui regime próprio de previdência.
3.2.4	RPPS – registro contábil provisões matemáticas	LC 101/2000, art. 69. Lei 4.320/1964, art. 100. Resolução CFC nº 750/1993, Portaria MPS 403/2008, art. 17 e demais correlatas.	Avaliar se o RPPS realiza escrituração contábil obedecendo as normas de contabilidade e atuária que preservem seu equilíbrio financeiro e atuarial.	NÃO	O Município não possui regime próprio de previdência.
3.2.5	Dívida ativa e demais créditos tributários – cobrança regular	LC 101/2000, art. 11.	Avaliar se os créditos tributários não recebidos estão sendo objeto de inscrição em dívida ativa antes de sua prescrição e se a dívida ativa constituída está sendo objeto de cobrança administrativa e/ou judicial.	NÃO	Não se aplica.
3.2.6	Dívida ativa e demais créditos tributários – cancelamento	CRFB/88, art. 37 c/c LC 101/2000, art. 11.	Avaliar se houve comprovação do fato motivador para o cancelamento de dívida ativa e/ou demais créditos tributários, se houve previsão legal para a prática desses atos e se o impacto econômico-financeiro não comprometeu metas de resultados previstas na LDO.	NÃO	Não se aplica.



## CONTROLADORIA GERAL DE SOORETAMA

### Relatório/Parecer da UCCI sobre a PCA

3.2.7	Cancelamento de passivos	CRFB/88, art. 37, caput. Resolução CFC nº 750/1993.	Avaliar se houve cancelamento de passivos sem comprovação do fato motivador.	SIM	Decretos nº 55 e 56 de 26 de dezembro de 2016, sobre cancelamento de restos a pagar processados e não processados.
3.2.8	Registros bens móveis e imóveis.	CRFB/88, art. 37, caput c/c Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96.	Avaliar se as demonstrações contábeis evidenciam a integralidade dos bens móveis e imóveis em compatibilidade com os inventários anuais, bem como, as variações decorrentes de depreciação, amortização ou exaustão, e as devidas reavaliações.	SIM	Não houve no exercício sob análise depreciação, amortização ou exaustão.
3.2.9	Registro de bens permanentes	Lei 4.320/1964, art. 94.	Avaliar se os registros analíticos de bens de caráter permanente estão sendo realizados contendo informações necessárias e suficientes para sua caracterização e se existe a indicação, na estrutura administrativa do órgão, de agente(s) responsável(is) por sua guarda e administração.	SIM	Os registros estão sendo realizados. Na estrutura administrativa o agente responsável pela coordenação dos trabalhos, guarda e administração é o Sr. Antonio Gonçalves, que responde pelo Almoxarifado e Patrimônio.

Dos pontos de controle acima relacionados destacamos:

#### 3.2.7 – Cancelamento de passivos.

É cediço que ao final de cada exercício, as despesas orçamentárias empenhadas e não pagas serão inscritas em restos a pagar e constituirão a dívida flutuante. Podem-se distinguir dois tipos de restos a pagar: os processados e os não processados.

Os restos a pagar processados são aqueles em que a despesa orçamentária percorreu os estágios de empenho e liquidação, restando pendente apenas o estágio do pagamento. Em geral, não podem ser cancelados, tendo em vista que o fornecedor de bens/serviços cumpriu com a obrigação de fazer e a Administração não poderá deixar de cumprir com a obrigação de pagar. Respalhando esse entendimento citamos:

Portanto, sendo a **despesa liquidada e efetivamente considerada como já realizada**, conforme atestado produzido pela própria Administração Pública, **não há como encontrar razões normais plausíveis para se**



**postular, após essa etapa, seu eventual cancelamento.** O direito de recebimento da contraprestação pelo credor seria decorrência incontestável e inarredável, não havendo, a partir daí, nenhuma outra exigência legal a ser, por ele, preenchida.

[...]

Finalmente, o **cancelamento de Restos a pagar processados retiraria** artificialmente, por meio de um simples lançamento contábil, **uma parte considerável da Dívida Pública**. Isso poderia alterar parâmetros utilizados para o controle da dívida do País. Envolveria, também, processos ineficientes, pois a “reclamação” de direitos, “novo reconhecimento” da dívida pelo Estado por meio de “nova” inclusão no Orçamento, “novo” empenho, entre outros, seria, de fato, uma alternativa mais demorada, complicada, enfadonha, cujos custos de transação não foram considerados no processo licitatório pelo credor, mas que, certamente, o serão em seus próximos relacionamentos com a máquina estatal. (Restos a pagar e o direito do credor – Estudo nº6/2010 - Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados <http://bd.camara.gov.br>) (grifos nossos)

Contudo, de acordo com o artigo 1º do Decreto Federal nº 20.910/1932 “*as dívidas passivas da União, dos Estados e dos Municípios, bem assim todo e qualquer direito ou ação contra a Fazenda federal, estadual ou municipal, seja qual for a sua natureza, prescrevem em cinco anos contados da data do ato ou fato do qual se originarem*”.

Nesse momento é imprescindível mencionar o entendimento da Secretaria de Orientação e Avaliação do Ministério Público da União através do Parecer SEORI/AUDIN-MPU Nº 1.735 de 30 de setembro de 2016, que dispõe:

Note-se que as diferenças apontadas entre os restos a pagar processados e não processados são essenciais no exame da questão referente à **possibilidade de cancelamento dos restos a pagar inscritos, em razão da prescrição quinquenal** incidente sobre as dívidas passivas da União de que trata o art. 1º do Decreto nº 20.910/1932 c/c o art. 70 do Decreto nº 93.872/1986, a seguir transcritos, com os pertinentes destaques:

**DECRETO Nº 20.910/1932** Art. 1º As dívidas passivas da União, dos Estados e dos Municípios, bem assim todo e qualquer direito ou ação contra a Fazenda federal, estadual ou municipal, seja qual for a sua natureza,





prescrevem em cinco anos contados da data do ato ou fato do qual se originarem.

**DECRETO Nº 93.872/1986** Art. 70. Prescreve em cinco anos a dívida passiva relativa aos Restos a Pagar (CCB art. 178, § 10, VI).

Nesse sentido, vale destacar que o prazo prescricional terá início somente no momento em que a Administração Pública se torna inadimplente, ou seja, quando surge a obrigação de pagamento e o órgão deixa de efetuar o pagamento, de acordo com as condições e prazos descritos no contrato, lesando o direito subjetivo do credor, consoante se verifica na jurisprudência do Egrégio Superior Tribunal de Justiça, a seguir reproduzida:

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.151.397 - MG (2009/0147716-6) EMENTA RECURSO ESPECIAL. CONTRATO ADMINISTRATIVO. PRAZO PRESCRICIONAL. DIES A QUO. SURGIMENTO DA OBRIGAÇÃO.** 1. Nos contratos administrativos, o dies a quo da prescrição, a favor do Estado, se constitui na data em que o Poder Público se torna inadimplente, deixando de efetuar o pagamento no tempo pactuado, lesando o direito subjetivo da parte. 2. Recurso especial provido.

Assim sendo, pode-se inferir que a **prescrição quinquenal incidirá unicamente sobre a despesa liquidada**, uma vez que a unidade gestora atestou que o fornecedor de bens/serviços cumpriu com a obrigação decorrente do contrato e está apto, em tese, ao recebimento do valor devido, no prazo pactuado. Por conseguinte, os restos a pagar processados, por serem constituídos de despesas empenhadas e liquidadas (dívida passiva da União), deverão ser **anulados após o prazo prescricional de cinco anos, em virtude da extinção da exigibilidade do crédito**.

Diante do exposto, somos de parecer que os restos a pagar processados que já atingiram o prazo prescricional de cinco anos devem ser cancelados.

Baseado nesse entendimento foi emitido no dia 26 de dezembro de 2016 o Decreto Municipal nº 56/2016 para cancelamento de restos a pagar processados totalizando **R\$ 148.025,61**, conforme figuras abaixo:





## CONTROLADORIA GERAL DE SOORETAMA

### Relatório/Parecer da UCCI sobre a PCA

**Art. 1º.** Ficam, por força deste decreto, cancelados as despesas liquidadas em exercícios anteriores no valor de R\$ 123.016,94 (cento e vinte e três mil, dezesseis reais e noventa e quatro centavos), inscritos em Restos a Pagar - **PROCESSADOS**, nos balanços gerais da PREFEITURA MUNICIPAL DE SOORETAMA, Estado do Espírito Santo, conforme discriminados na planilha abaixo:

ANO LIQ.	Nº. LIQUID.	DATA LIQUID.	Nº. EMPENHO	DATA DO EMPENHO	PROCESSO	CREDOR	VALOR (R\$)
2010	0000030	26/12/2016	0000150	06/02/2009	0000020/2009	AUTO POSTO JAVALI LTDA	300,00
2010	0000200	26/12/2016	0000593	01/06/2009	0000050/2009	C DE P. PONATT	1.692,00
2011	0000333	26/12/2016	0000043	03/01/2011	0000619/2010	JUACI CAETANO	150,00
2011	0003292	26/12/2016	0001439	01/12/2011	0003142/2011	MIL COPIAS COMERCIO DE COPIADORAS E SERVICOS LTDA	5.702,30
2012	0003338	26/12/2016	0001755	14/11/2012	0002003/2010	CORDIAL TRANSPORTE E TURISMO LTDA	2.464,71
2012	0002797	26/12/2016	0001662	02/10/2013	0000039/2013	MULTIAMBIENTAL COLETAS E TRANSPORTES LTDA	39.596,33
2012	0002798	26/12/2016	0001662	02/10/2013	0000039/2013	MULTIAMBIENTAL COLETAS E TRANSPORTES LTDA	39.597,80
2014	0002499	26/12/2016	0000237	31/01/2014	0000557/2014	BANESTES - BANCO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO S/A	8,00
2014	0003001	26/12/2016	0000638	02/04/2014	0005760/2013	TRANSPORTES RIBEIRO LTDA - ME	5.468,00
2014	0004460	26/12/2016	0001989	11/12/2014	0003894/2014	CONSTRUTORA PAVICOL LTDA	10.024,08
2014	0004606	26/12/2016	0002071	17/12/2014	0006148/2014	CREA - ES (CONSELHO REGIONAL DE ENG. E AGRONOMIA)	63,84
2014	0004854	26/12/2016	0001875	24/11/2014	0005761/2014	BANCO DO BRASIL S/A	7,80
2015	0000281	26/12/2016	0002001	12/12/2014	0005315/2014	DIMAS DE MELO PIMENTA SIST. DE PONTO DE ACESSO	4.343,08
2015	0001742	26/12/2016	0000723	06/05/2015	0002832/2014	CONSTRUTORA PAVICOL LTDA	11.000,00
2015	0002620	26/12/2016	0000979	07/07/2015	0002900/2015	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	332,62
2015	0002621	26/12/2016	0000980	07/07/2015	0002501/2015	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	758,57
2015	0003766	26/12/2016	0001163	18/09/2015	0003835/2015	SUZANA LUISA CANOSA LOUREIRO - MEI	240,00
2015	0004846	26/12/2016	0001451	18/12/2015	0004851/2015	LUCIANA PINHEIRO FARIAS	45,00
2015	0004847	26/12/2016	0001452	18/12/2015	0004851/2015	SIMONE DOS SANTOS REIS	45,00
2015	0004848	26/12/2016	0001454	18/12/2015	0004877/2015	EDILENE SANTANA FERREIRA	75,00
<b>TOTAL</b>							<b>123.016,94</b>

**Art. 2º.** Ficam, por força deste decreto, cancelados as despesas liquidadas em exercícios anteriores no valor de R\$ 25.008,67 (vinte e cinco mil, oito reais e sessenta e sete centavos), inscritos em Restos a Pagar - **PROCESSADOS**, nos balanços gerais do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SOORETAMA, Estado do Espírito Santo, conforme discriminados na planilha abaixo:

ANO LIQ.	Nº. LIQUID.	DATA LIQUID.	Nº. EMPENHO	DATA DO EMPENHO	PROCESSO	CREDOR	VALOR (R\$)
2010	0000354	26/12/2016	0000293	12/05/2010	0001535/2010	EDELSON P. DOS SANTOS	441,00
2011	0000601	26/12/2016	0000296	16/05/2011	0002146/2011	LABOURIS FARMACEUTICA LTDA	499,00
2011	0000899	26/12/2016	0000295	16/05/2011	0002146/2011	ASPEN PHARMA INDUSTRIA FARMACEUTICA LTDA	2.320,00
2012	0000362	26/12/2016	0000029	03/01/2011	0005115/2010	LAGOS E ANCHIETA LTDA	4.149,45
2012	0001256	26/12/2016	0000950	02/10/2013	0000039/2013	MULTIAMBIENTAL COLETAS E TRANSPORTES LTDA	4.091,00
2012	0001257	26/12/2016	0000950	02/10/2013	0000039/2013	MULTIAMBIENTAL COLETAS E TRANSPORTES LTDA	3.458,50
2013	0001591	26/12/2016	0001010	07/11/2013	0004793/2013	FLORESTAL COLETAS E PREST. DE SERVICOS LTDA - ME	9.088,57
2014	0001996	26/12/2016	0000833	30/12/2014	0000371/2014	INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL	711,15
2015	0001242	26/12/2016	0000617	30/06/2015	0000948/2015	JULIA CARMINATTI LOPES	250,00
<b>TOTAL</b>							<b>25.008,67</b>



Entretanto, podemos notar que foram incluídos, indevidamente, no referido decreto para cancelamento, os restos a pagar processados dos anos de 2012 a 2015. Cabe mencionar que parte desses fornecedores já entraram com reclamação judicial e outros estão entrando com pedido administrativo.

Quanto aos restos a pagar não processados destacamos que somente poderão ser cancelados no segundo semestre do segundo ano subsequente ao de sua inscrição, conforme disposto no § 2º do artigo 67 do Decreto Federal nº 93.872/86.

Desta feita, consideramos irregular o Decreto Municipal nº 55 de 26 de dezembro de 2016 para cancelamento de restos a pagar não processados, no total de **R\$ 932.621,48** (Novecentos e trinta e dois mil seiscentos e vinte e um reais e quarenta e oito centavos), pois se tratou dos anos de 2014 e 2015.

Assim como no episódio anterior, alguns credores estão procurando a atual administração para reclamar os empenhos ora cancelados, declarando que os serviços foram prestados.

### 3.3 Demais atos de gestão

Item	Ponto de controle	Base legal	Procedimento	Visto	Justificativas
3.3.1	Pessoal – função de confiança e cargos em comissão	CRFB/88, art. 37, inciso V.	Avaliar se as funções de confiança estão sendo exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo e se os cargos em comissão destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.	SIM	O Acórdão TC-631/2016 - PRIMEIRA CÂMARA de 22/06/2016 determinou a extinção de três cargos em comissão por não estarem investidos nas atribuições de direção, chefia e assessoramento. De acordo com a Procuradoria Geral nenhuma alteração na legislação foi feita em 2016 para atender tal determinação.
3.3.2	Pessoal – função de confiança e cargos em comissão	Legislação específica do órgão.	Nos órgãos que dispõem de lei específica disciplinando condições e percentual mínimo dos cargos em comissão a serem preenchidos por servidores de carreira, avaliar se a legislação específica está sendo observada.	SIM	De acordo com resposta encaminhada pelo Setor de Recursos Humanos através do Processo nº 1925/2017, não existe no Município nenhuma lei que regulamenta esta matéria.



## CONTROLADORIA GERAL DE SOORETAMA

### Relatório/Parecer da UCCI sobre a PCA

3.3.3	Pessoal – contratação por tempo determinado	CRFB/88, art. 37, inciso IX.	Avaliar a legislação específica do órgão disciplinando a contratação por tempo determinado observando se as contratações destinam-se ao atendimento de necessidade temporária e de excepcional interesse público.	NÃO	Não avaliado.
3.3.4	Pessoal – teto	CRFB/88, art. 37, inciso XI.	Avaliar se o teto remuneratório dos servidores públicos vinculados ao órgão obedeceu o disposto no artigo 37, inciso XI, da CRFB/88.	SIM	A amostra analisada dos meses de MARÇO / JUNHO / NOVENBRO demonstram que a legislação foi respeitada.
3.3.5	Pessoal – subsídios	CRFB/88, art. 29, V.	Avaliar se a fixação e o pagamento dos subsídios ao Prefeito, ao Vice-prefeito e aos Secretários Municipais observaram o disposto no artigo 29, inciso V, da CRFB/88.	SIM	De acordo com as fichas financeiras do Prefeito, Vice e Secretários, a fixação e o pagamento do subsídio obedecem a legislação.
3.3.6	Segregação de funções.	CRFB/88, art. 37, caput.	Avaliar se foi observado o princípio da segregação de funções nas atividades de autorização, aprovação, execução, controle e contabilização das operações.	NÃO	Não avaliado.
3.3.7	Realização de despesas sem previsão em lei específica.	CRFB/88, art. 37, caput.	Avaliar se houve pagamento de despesas com subsídios, vencimentos, vantagens pecuniárias e jetons não autorizados por lei específica.	NÃO	Não avaliado.
3.3.8	Dispensa e inexigibilidade de licitação.	Lei 8.666/93, arts. 24, 25 e 26.	Avaliar se as contratações por dispensa ou inexigibilidade de licitação observaram as disposições contidas nos artigos 24 a 26 da Lei de Licitações.	SIM	Em análise de processos por amostragem, verificou-se que as dispensas/inexigibilidades atenderam o que determina a Lei 8.666/93.



#### 4. PERCENTUAL LEGAL APLICADO NA SAÚDE

De acordo com a Constituição Federal “a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação” (CF/88 Art. 196).

Nesse diapasão encontra-se a Lei Complementar nº 141/2012 delimitando para os Municípios o percentual mínimo de 15% (quinze por cento) da arrecadação dos impostos estabelecidos nos artigos 156, 158 e 159 da CF/88, em ações e serviços públicos de saúde.

Vale ressaltar que pode ser além do mínimo, porém nunca inferior ao percentual mínimo. Atendendo o que dispõem as Diretrizes da Resolução do CNS (Conselho Nacional de Saúde). O setor da saúde é uns dos mais importantes e cobrados pela Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000), já que se trata dos direitos sociais dos cidadãos, esta lei exige dos gestores a maior eficiência nesta área.

O município mesmo estando com seu orçamento comprometido não pode deixar de aplicar o percentual destinado a Saúde Pública, pois se o valor mínimo Constitucional destinado à aplicação neste setor não for alcançado o Município deixará de receber o valor de transferência voluntaria da União e do Estado.

Verificamos através do Anexo 12 do Relatório Resumido da Execução Orçamentária que o **Município de Sooretama** fechou o ano com um percentual de **14,33%** (catorze vírgula trinta e três por cento) de aplicação na saúde, não atingindo o percentual mínimo estabelecido em lei.



## **5. AUDITORIA**

As atividades de competência do Controle Interno devem ter como enfoque principal a avaliação da eficiência e eficácia dos procedimentos de controle adotados nos diversos sistemas administrativos, pelo órgão central e unidades setoriais, cujos resultados deverão estar consignados em relatório contendo prováveis recomendações para o aprimoramento de tais controles.

A Unidade Central de Controle Interno da Prefeitura Municipal de Sooretama ainda não se encontra suficientemente estruturada para a realização correta e eficaz de auditoria interna ampla, ou seja, aquela que exerce juízo de valor conclusivo sobre toda a movimentação contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Município. Tal fato se dá mais expressivamente em razão da ausência de equipe de trabalho, conforme explanado no título 2 do presente relatório/parecer.

No entanto, foi elaborado e aprovado no mês de Dezembro/2015 um Plano Anual de Auditoria Interna para 2016, com o objetivo de fazer uma análise de conformidade, detectando a efetiva aplicação ou não das instruções normativas em vigor.

Neste sentido foram selecionados para auditoria apenas os seguintes sistemas: Sistema de Contabilidade, Sistema de Controle Patrimonial, Sistema de Educação e Sistema Financeiro. O resultado dos trabalhos será devidamente apresentado no RELUCI da Unidade Gestora Prefeitura.





## 6. PARECER CONCLUSIVO

A Instrução Normativa TC nº 34/2015, bem como as alterações previstas na IN TC nº 40/2016, recomendam que a UCCI examine as demonstrações contábeis e as demais peças que compõe a PCA para então emitir o Parecer Conclusivo.

Para isso, nos termos da Instrução Normativa SCI nº 005/2014, deverá *"o Contador responsável pelo Departamento de Contabilidade do Poder Executivo deverá consolidar as Demonstrações Contábeis recebidas do Poder Legislativo e dos órgãos da Administração Direta e Indireta e encaminhar a Unidade Central de Controle Interno acompanhado de todos os documentos até 15 de março do exercício subsequente"*, para apreciação.

Ocorre que as Demonstrações Contábeis e os documentos pertinentes não foram repassados à Unidade Central de Controle Interno conforme disciplinado na norma supracitada, de forma que o exame da prestação de contas anual cingiu-se às informações disponíveis nos relatórios de auditoria deste órgão e em informações colhidas através de diligências realizadas.

Diante disso, em nossa opinião a prestação de contas referente ao exercício de 2016 ora examinado, representa **ADEQUADAMENTE COM RESSALVAS** a prática de atos de gestão a que se refere.

### 6.1 Ressalvas.

Apresentamos as seguintes ressalvas:

a) As contribuições previdenciárias referente às competências de Agosto à Novembro/2016 não foram recolhidas regularmente, gerando em 26/12/2016 um parcelamento no valor de **R\$ 2.175.095,17** (dois milhões cento e setenta e cinco mil noventa e cinco reais e dezessete centavos) divididos em 60 meses.

Vale ressaltar que a contribuição do mês de dezembro/2016, bem como outras divergências referentes aos meses 11 e 13 do mesmo ano, também não foram



recolhidas, e nem sequer ficaram empenhadas, somando **R\$ 485.305,35** (Quatrocentos e oitenta e cinco mil trezentos e cinco reais e trinta e cinco centavos).

Além disso, também não ficaram registrados contabilmente outros parcelamentos com a PGFN totalizando R\$ **R\$ 873.627,94 (oitocentos e setenta e três mil seiscentos e vinte e sete reais e noventa e quatro centavos)**.

b) Passivos que foram pagos fora da ordem cronológica, conforme verificado através de Auditoria realizada no Sistema Financeiro, bem como por relatório de liquidação de despesas impresso em 15/03/2017.

c) Realização de despesas sem prévio empenho, constatado através de Auditoria realizada no Sistema de Contabilidade.

d) Cancelamento ilegal de passivos no valor de **R\$ 1.080.647,09** (um milhão oitenta mil seiscentos e quarenta e sete reais e nove centavos) através dos Decretos Municipais nº 55 e 56, de 26 de dezembro de 2016, que trata de cancelamento de restos a pagar processados e não processados.

e) Município de Sooretama fechou o ano com um percentual de **14,33%** (catorze vírgula trinta e três por cento) de aplicação na saúde, não atingindo o percentual mínimo estabelecido em lei.

Sooretama-ES, 22 de março de 2017.

**JORDANA RODRIGUES FERRAZ**

Controladora Geral